



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 16 de junho de 2021.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 992/2021

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da lei estadual nº 16.208, de 03 de abril de 2017;

CONSIDERANDO as declarações e demais informações constantes do Processo Administrativo nº 8505198-42.2021.8.06.0001,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GISELA GONDIM ALVES para o cargo em comissão de Assistente de Apoio Judiciário, símbolo DAJ-4, com lotação no 2º Juizado Auxiliar das Varas Criminais; de Delitos de Tráfico de Drogas; de Penas Alternativas e da Auditoria Militar da Comarca de Fortaleza.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 16 de junho de 2021.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

PORTARIA Nº 983/2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo previsto no artigo 1º da Portaria nº 582/2021 até 30 de junho do corrente ano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, aos 15 dias do mês de abril de 2021.

DESEMBARGADORA MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Assessoria de Precatórios
DESPACHO DE RELATORES

0000913-76.2019.8.06.0000 - Precatório. Credor: J. A. L. F.. Advogada: Alice Maria Pinto Soares (OAB: 10287/CE). Advogado: Ivaldo José Magalhães de Sousa (OAB: 6708/CE). Devedor: M. de P.. Procurador: Procuradoria do Município de Pindoretama. Despacho: - DECISÃO ADMINISTRATIVA Reporto-me à petição de páginas 83/85. Por ela, o advogado Ivaldo José Magalhães de Sousa alegou que consta nos autos do processo de execução contrato de honorários de êxito e que, em razão do que foi ali convencionado, faz jus a 30% sobre o valor da condenação a título de honorários contratuais. Sustentou, ainda, que requereu junto ao juízo da execução o pagamento da referida verba contratual, contudo, seu pedido não teria sido apreciado. Por fim, requereu o destaque e o pagamento dos honorários contratuais. Observo que o ofício precatório objeto destes autos foi autuado em 01/04/2019, quando ainda estava vigente a Resolução de n.º 115/2010 do CNJ, que condicionava o destaque dos honorários contratuais à juntada aos autos do respectivo instrumento contratual antes da apresentação do precatório ao Tribunal. Compulsando os autos, contudo, verifico que o contrato em questão não faz parte das peças que acompanham o ofício precatório, não havendo nenhuma manifestação do advogado Ivaldo José Magalhães de Sousa nestes autos acerca do suposto equívoco no envio desta requisição de pagamento. Indiscutível que, durante o processamento do precatório, entrou em vigor a Resolução de n.º 303/2019 do CNJ, que possibilitou o pagamento dos honorários contratuais após a juntada do respectivo instrumento nos autos do processo de precatório, isto desde que a a juntada ocorra até a liberação do crédito ao beneficiário originário. Nada obstante, o pagamento (principal e honorários de sucumbência) foi realizado e não houve destaque dos contratuais, porquanto não houve expressão pedido a respeito. Mister recordar que o advogado Ivaldo José Magalhães de Sousa concordou expressamente com os cálculos apresentados antes que se procedesse com o pagamento (petição de páginas 59/60). A ausência de requerimento e a superveniente anuência (do que resulta preclusão consumativa) impede rediscussão da questão. Sendo assim, rejeito o pedido de destaque dos honorários contratuais, com fundamento no art. 8º, § 3º, da Resolução n.º 303/2019 do CNJ. Tendo em vista a quitação desta requisição (comprovantes de pagamento de páginas 79/82) e desde que não sobrevenha reclamações no prazo de 15 (quinze) dias, retire-se o precatório da lista cronológica do respectivo ente devedor. Na sequência, comunique-se o juízo da execução e archive-se. Intimem-se. Expedientes correlatos. Fortaleza, 10 de junho de 2021. Emilio de Medeiros Viana Juiz de Direito Auxiliar da Presidência - Portaria de delegação nº 186/2021.